MAYARA ROTH ISFER OSNA

**APORTES SOBRE A ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS DE EXERCÍCIO
ABUSIVO DE VOTO (“VOTO CONTRÁRIO” E “NÃO VOTO”):
POSSIBILIDADES, LIMITES, TÉCNICAS PROCESSUAIS E
FORMAS DE TUTELA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Doutor Mauro Rodrigues Penteado

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO - SP**

2017

MAYARA ROTH ISFER OSNA

**APORTES SOBRE A ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS CASOS DE EXERCÍCIO
ABUSIVO DE VOTO (“VOTO CONTRÁRIO” E “NÃO VOTO”):
POSSIBILIDADES, LIMITES, TÉCNICAS PROCESSUAIS E
FORMAS DE TUTELA**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Comercial, sob orientação do Professor Associado Doutor Mauro Rodrigues Penteado.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO - SP**

2017

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito Universidade de São Paulo

Osna, Mayara Roth Isfer

Aportes sobre a atuação jurisdicional nos casos de exercício abusivo de voto (“voto contrário” e “não voto”): possibilidades, limites, técnicas processuais e formas de tutela / Mayara Roth Isfer Osna ; orientador Mauro Rodrigues Penteado – São Paulo, 2017.
304 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito societário. 2. Abuso de direito de voto. 3. Bloqueio abusivo. 4. Processo societário. 5. Tutela efetiva. I. Penteado, Mauro Rodrigues, orient. II. Título.

Nome: Mayara Roth Isfer Osna

Título: Aportes sobre a atuação jurisdicional nos casos de exercício abusivo de voto (“voto contrário” e “não voto”): possibilidades, limites, técnicas processuais e formas de tutela

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor Doutor

Mauro Rodrigues Penteado (orientador)

Instituição:

Universidade de São Paulo – FADUSP

Julgamento:

Assinatura:

Professor(a) Doutor(a)

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Professor(a) Doutor(a)

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Aos meus pais, pelo exemplo e amor incondicional.

Aos meus irmãos, companheiros de caminhada.

Ao Gustavo, eternamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Edson e Silmara, pelo amor e pelo apoio incondicionais, pela educação e pelos valores e, especialmente, por terem me proporcionado viver com eles, por tantos anos, em um lar repleto de ternura e harmonia. Aos meus irmãos, pela amizade e pela certeza de que com eles poderei contar para sempre e para tudo. Ao Gustavo, agradeço por me inspirar todos os dias, me mostrando que o amor pode ser fácil, leve e (sempre) bom.

Agradeço, igualmente, ao meu orientador e eterno professor, Mauro Rodrigues Penteado, pela confiança e por tudo o que me ensinou nesses anos de convivência na Universidade de São Paulo.

Imperioso agradecer, ainda, aos meus familiares e aos familiares do Gustavo (hoje também meus) pelo carinho e pelo apoio. Pelo mesmo motivo, agradeço aos meus amigos, sem os quais a vida certamente não teria a mesma graça. Cito, em especial, aqueles que fizeram com que me sentisse acolhida morando em São Paulo, dentre eles Ivo, Aline, Ivan e Elisa. Além disso, agradeço aos meus inestimáveis companheiros de mestrado, Amália, Mayara, Isabella, Adriano e Ricardo, pela agradável convivência e amizade, e à Caroline e à Heloize, pelo sempre pronto auxílio. Também não poderia deixar de agradecer aos amigos da Advocacia Felipe e Isfer, por jamais terem hesitado em me conceder o tempo necessário para a conclusão deste estudo, o que faço no nome de Luiz Daniel Felipe.

Agradeço, igualmente, aos docentes e aos discentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por propiciarem diálogos e ensinamentos de importância inestimável para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a Deus, por tudo.

RESUMO

OSNA, Mayara Roth Isfer. **Aportes sobre a atuação jurisdicional nos casos de exercício abusivo de voto (“voto contrário” e “não voto”): possibilidades, limites, técnicas processuais e formas de tutela.** 2017, 304 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho possui como objeto central o estudo da figura do *bloqueio abusivo*, do qual são espécies aqui identificadas o *abuso de voto contrário*, a *abstenção abusiva* e a *ausência abusiva*. Trata-se de importantes formas de abuso de direito na esfera societária, recorrentemente enfrentadas na prática, mas que raramente são discutidas no ambiente doutrinário brasileiro. Identificada essa lacuna, o objetivo dessa dissertação é determinar as raízes do problema, suas características e seus elementos distintivos; delimitadas as categorias, é necessário compreender as possibilidades e os limites para a atuação jurisdicional nos casos de bloqueio abusivo, bem como as técnicas processuais e as formas de tutela disponíveis para se proteger adequadamente os interesses em jogo. Para tanto, o presente trabalho é dividido em cinco capítulos principais. O estudo se inicia com uma breve exposição histórica do direito de voto no decorrer do desenvolvimento das sociedades anônimas fechadas e das sociedades limitadas, seguindo com a identificação dos elementos essenciais desse direito e dos seus principais fatores balizadores. Na sequência, procura-se investigar os aspectos que acarretariam o desvirtuamento desse direito, os pressupostos para o voto abusivo segundo a legislação brasileira e a tutela legal contra o abuso. O capítulo seguinte tem como foco as categorias de *abuso de voto contrário* e de *abuso de não voto* propriamente ditas, definindo em quais casos poderiam ser configuradas e verificando a insuficiência das formas tradicionais de tutela para lidar com a questão. Após, são enfrentados alguns dilemas relacionados à proteção adequada contra o bloqueio abusivo, como o enclausuramento do direito societário, a falta de especialidade de nossos julgadores, a necessidade da gestão da atividade judicial e o risco de decisões conflitantes. Por último, após se constatar a necessidade de superação dos citados limites, busca-se identificar as técnicas processuais mais adequadas a cada espécie de abuso de direito de voto, abordando as possibilidade da via arbitral e apresentando uma possível solução para se garantir a isonomia nas decisões proferidas.

Palavras-chave: Direito societário. Abuso de direito de voto. Bloqueio abusivo. Processo societário. Tutela efetiva.

ABSTRACT

OSNA, Mayara Roth Isfer. **Contributions on the judicial activity in cases of abusive voting ("contrary vote" and "no vote"): possibilities, limits, procedural techniques and remedies**. 2017, 304 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This study has as its main purpose the study of the legal category of the abusive obstruction, which comprises the species herein identified of *abusive contrary vote*, *abusive abstention* and *abusive absence*. These are important and recurrent forms of abuse of rights in the corporate scenario, but which are rarely debated by Brazilian scholars. Considering this gap, this dissertation intends to determine the origins of the aforementioned issue, its characteristics and its distinctive elements. After defining these categories, it is essential to understand the possibilities and the limits for judicial activity in cases of abusive obstruction, as well as the procedural techniques available for one to properly protect the interests at stake. To do so, the present study is divided into five main chapters. The first begins with a brief historical exposition of the voting right throughout the development of closely held corporations and limited liability companies, followed by the identification of the essential elements of this right. The following chapter brings an investigation of the aspects that would lead to the distortion of this right, the requisites for the abusive vote according to the Brazilian Law and the legal protection offered to these cases. The subsequent chapter focuses on the categories of *contrary voting abuse* and *non-voting abuse*, by defining in which situations they could be configured and by verifying the inadequacy of traditional means of judicial intervention to deal with the issue. Next, this study presents some dilemmas related to the adequate protection against abusive obstruction, such as the specificities of corporate law, the lack of expertise of our judges, the need for better case management in courts and the risk of conflicting decisions. Finally, after one recognizes the need to overcome the aforementioned limitations, the last chapter identifies the most adequate procedural techniques to deal with each type of abuse of voting right; furthermore, one addresses the possibilities arisen from the use of arbitration and a potential solution to guarantee judicial decision's isonomy.

Keywords: Corporate law. Voting right abuse. Abusive obstruction. Corporate procedure law. Adequate remedy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O DIREITO DE VOTO NO DIREITO SOCIETÁRIO E A SUA FUNÇÃO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS	21
2.1 Breves aportes históricos	21
2.2 Conceito, natureza jurídica da emissão e elementos constitutivos do voto nas sociedades empresariais.....	32
2.3 A questão da essencialidade do direito de voto	41
2.3.1 Essencialidade nas sociedades limitadas.....	43
2.3.2 Peculiaridades nas sociedades anônimas: separação entre propriedade e controle e novas tendências.....	44
2.4 Interesse social e direito de voto	53
2.4.1 A(s) teoria(s) institucionalista(s).....	54
2.4.2 A(s) teoria(s) contratualista(s).....	61
2.4.3 A função de direito de voto.....	68
2.5 Outros fatores balizadores do direito de voto.....	72
2.5.1 A boa-fé e o direito de voto.....	73
2.5.2 O dever de lealdade e o direito de voto.....	75
3 O DESVIRTUAMENTO DO DIREITO DE VOTO	81
3.1 Direito de voto e abuso: apontamentos iniciais	81
3.2 As bases para o abuso	82
3.2.1 <i>Abuso de direito</i> como categoria base (?)	82
3.2.2 (Novamente) o dever de lealdade.....	91
3.3 Pressupostos para o voto abusivo	95
3.4 Voto abusivo e conflito de interesses	101
3.4.1 Conflito de interesses em sentido amplo: as normas contidas no § 1º do artigo 115	101
3.4.2 Conflito de interesses em sentido estrito (formal ou substancial).....	105
3.4.3 Conflito de interesses no direito comparado.....	113
3.4.4 Voto abusivo e conflito de interesses: relação de continência.....	120
3.5 Tutela legal contra o voto abusivo	122

4 FORMAS DE ABUSO DO VOTO CONTRÁRIO E DO NÃO VOTO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E NAS SOCIEDADES LIMITADAS	127
4.1 Premissas teóricas para o <i>abuso do voto contrário</i> e do <i>não voto</i>	127
4.1.1 Regra da maioria.....	130
4.1.2 Quórum nas sociedades anônimas fechadas e limitadas	137
4.1.2.1 Quórum legal.....	137
4.1.2.2 Quórum estatutário e contratual: elevação do quórum.....	144
4.2 <i>Abuso do voto contrário</i> e do <i>não voto</i>: configuração.....	149
4.2.1 Não atingimento do quórum e as minorias de bloqueio	149
4.2.2 Necessidade da operação objeto de deliberação como requisito essencial (?).	151
4.2.3 O bloqueio abusivo em espécie	160
4.2.3.1 Voto contrário abusivo: caracterização.....	160
4.2.3.2 Abstenção abusiva: caracterização	165
4.2.3.3 Abuso no não comparecimento à assembleia: caracterização.....	168
4.2.4 Bloqueio abusivo nos casos de <i>voto verdade</i>	170
4.3 Tutela contra o <i>abuso negativo</i> – Reflexões críticas acerca do sistema atual	173
5 ATUAÇÃO JURISDICIONAL E ABUSO DE DIREITO DE VOTO: ASPECTOS CRÍTICOS E A QUESTÃO DA INSTRUMENTALIDADE.....	177
5.1 A principiologia do Processo e os valores clássicos do Direito Societário.....	177
5.1.1 O processo enquanto instrumento para a tutela jurisdicional efetiva	177
5.1.2 Tutela efetiva e direito societário.....	183
5.1.2.1 Tutela das relações societárias (processo societário?)	184
5.1.2.2 Interesse na tutela diferenciada (?).....	187
5.2 A estrutura judiciária e a adequação da intervenção	193
5.2.1 As limitações técnicas do julgador como fator limitador	194
5.2.2 A necessária gestão da atividade jurisdicional enquanto fator limitador.....	197
5.2.3 A possibilidade de decisões contraditórias enquanto fator limitador.	201
5.3 Funções da atuação do julgador – conclusões parciais.....	205
6 UM OLHAR PROSPECTIVO: TÉCNICAS PROCESSUAIS, FORMAS ALTERNATIVAS DE TUTELA E DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA OS CASOS DE BLOQUEIO ABUSIVO	209
6.1 Mecanismos processuais potencialmente idôneos à atuação jurisdicional ...	209
6.1.1 Tutela constitutiva – acerto judicial da deliberação assemblear	210

6.1.2	Ampliação da tutela constitutiva de acerto	221
6.1.3	Substituição da vontade do sócio – sentença substitutiva da vontade	231
6.1.4	Substituição da vontade do sócio – mandatário judicial ad hoc	237
6.1.5	Anulação da deliberação e antecipação dos efeitos da tutela da exclusão do sócio	242
6.2	O processo de escolha da forma de tutela e da técnica processual adequada	250
6.3	A arbitragem e suas possibilidades	256
6.3.1	Arbitragem societária	257
6.3.2	Os limites superados pela arbitragem	261
6.3.3	As limitações do instituto arbitral (velhas e novas limitações)	265
6.3.4	Tutela do bloqueio abusivo e arbitragem: adequação	271
6.4	Possível solução para as decisões conflitantes	273
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	281
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	287

1 INTRODUÇÃO

O estudo de temas relacionados ao Direito Societário é sempre fascinante, na medida em que sua observação corriqueiramente nasce como reflexo e como resposta para a imensidão de novos problemas que surgem da vida cotidiana. Essa responsividade faz com que a tarefa dos seus estudiosos seja, de um lado, mais difícil (tendo em vista que as soluções buscadas muitas vezes não são encontradas de forma pronta e acabada na legislação) e, de outro, mais sedutora (vez que instiga o pesquisador a investigar a prática mais a fundo, na expectativa de antever ao máximo as possibilidades de impasse e de dimensionar as formas adequadas de proteção dos direitos em jogo).

É exatamente nesse encadeamento que se coloca o estudo que se pretende elaborar; num contexto em que se admite e compreende-se que a realidade é muito mais inventiva, elaborada e problemática do que a mente (ou a produtividade) do legislador. Diante dessa base, a percepção de que os casos de abuso de voto contrário, de abstenções abusivas e de ausências abusivas (espécies do aqui denominado *bloqueio abusivo*¹) podem ser os mais diversos é essencial, revelando a obrigatoriedade de se pensar em forma de enquadramento aberta – como parece, a princípio, ser aquela prevista nos artigos 1.010, §3º do Código Civil e 115 da Lei das Sociedades Anônimas. No entanto, apesar de a metodologia escolhida pelo legislador pátrio para a configuração do exercício abusivo do direito de voto aparentemente ser correta, é imprescindível analisar de forma mais aprofundada a questão, especialmente no tocante aos seus pressupostos, à extensão da aplicabilidade das regras e aos limites para a sua utilização.

A análise se torna ainda mais relevante ao observarmos recentes estudos a respeito do tema, os quais, apesar de traçados sob outras premissas, alimentam as bases teóricas para a discussão e possibilitam reflexão dialógica². Essa preocupação nos parece

¹ “A exigência de unanimidade nas votações, se não banida, deve ser reservada a casos graves, excepcionais, porquanto a experiência revelou que a exigência de deliberação unânime fortalece as minorias, as quais, impedindo a tomada de decisões, imobilizam os administradores e as próprias atividades da sociedade. Por isso mesmo, chamadas de ‘minorias de bloqueio’, mereceram estudos que se detiveram na análise dos ‘abusos das minorias’ e da ‘ditadura das minorias’.” (LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades Limitadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 522). Para Vera Helena de Mello Franco e Rachel Sztajn: “O quorum pode ser alterado (para mais) nas companhias fechadas, criando-se a chama ‘minorias de bloqueio’, instrumento de defesa da minoria que pode, inclusive, redundar na unanimidade para a aprovação de determinadas matérias, como demonstram o § 1.º do art. 129 e o caput do art. 136 da Lei 6.404/1976.” (FRANCO, Vera Helena de Mello. SZTAJN, Rachel. **Direito empresarial**. v. 2. São Paulo: RT, 2009. p. 172 e 173).

² É o caso da tese de doutorado defendida em 2010 por Marcelo Vieira von Adamek, intitulada *Abuso de minoria em direito societário: abuso das posições subjetivas minoritárias*, por meio da qual trouxe importantes conceitos do direito alemão, como o dever de lealdade dos sócios, o qual serviria de alicerce

plenamente justificada, tendo em vista que se acredita, em juízo preliminar, que a grande maioria dos casos envolvendo abuso do exercício do direito de voto possui alto grau de complexidade, exigindo do juiz mais do que a mera e hipotética subsunção do fato à norma³. Sob esta perspectiva, o papel do Judiciário assume especial relevo, cabendo-lhe interpretar os princípios e regras do Direito Societário em consonância com aqueles dos demais campos jurídicos pertinentes (como o processual) para solução das controvérsias.

Em suma, há um quadro desafiador no qual a tutela efetiva nas hipóteses de abuso do direito de voto ou de sua abstenção nas assembleias gerais de sócios⁴ parece pressupor tanto uma atipicidade de meios quanto um papel criativo do julgador. Nesse cenário, tem-se que a principal questão a ser abordada é a dos limites e possibilidades⁵ para a atuação judicial. É justamente aqui que surgem os pontos de aproximação entre o direito societário, enquanto direito material, e o processo, enquanto seu instrumento. Com efeito, entendida a tutela jurisdicional como resultado do processo⁶, torna-se essencial se debruçar sobre as técnicas apropriadas para garantir a proteção dos interesses decorrentes do exercício abusivo do direito de voto.

Com efeito, os doutrinadores do direito processual civil clássico, ávidos em desenhar um ramo autônomo do direito, com pressupostos e categorias próprias, esmeraram-se no desenvolvimento técnico da matéria⁷. Contudo, esta pretensão científica acabou por distanciar o processo civil da realidade material⁸, fazendo surgir a necessidade de reaproximação dos dois âmbitos. Nesse movimento, o processo passaria a ser pensado

para a configuração do abuso de minoria no Direito Societário (ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Abuso de minoria em direito societário**: abuso das posições subjetivas minoritárias. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 91 e ss. e 135 e ss.).

³ Se é que ainda podemos dizer que tal *simples* trabalho mental dos julgadores é possível.

⁴ Objeto do presente trabalho.

⁵ A respeito do tema, destaca PUOLI: “*Nos presentes dias tem sido cada vez mais reforçado o entendimento segundo o qual são amplíssimos os poderes do juiz na solução de quaisquer controvérsias que surjam na vida em sociedade e, por não terem sido resolvidas de maneira amigável, acabam sendo levadas para apreciação e solução pelo Poder Judiciário. Tal fenômeno, da ampliação dos poderes do magistrado, pode ser explicado pela circunstância de o Estado ter percebido que este aumento de prerrogativas se faz fundamental para que a função jurisdicional possa ser realizada de modo eficiente.*” (PUOLI, José Carlos Baptista. Os poderes do juiz, a tutela processual específica e o direito societário. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.) **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012. p. 403).

⁶ De acordo com Flávio Yarshell, “*Impende também, e desde logo, frisar a impossibilidade de desvinculação entre resultados (“tutela” em favor do vencedor), de um lado, e formas de invocação desse resultado e os meios empregados para a respectiva formação. Não há e nunca haverá resultado adequado sem que se estabeleçam ‘canais’ e ‘instrumentos’ adequados para que aquele seja alcançado.*” (YARSHELL, Flávio Luiz. **Tutela Jurisdicional**. São Paulo: Editora Atlas, 1999. p. 137).

⁷ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo. Influência do Direito Material sobre o Processo**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. p. 13. Nesse sentido, ver também DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

⁸ MARINONI, Luiz Guilherme. **Técnica processual e tutela dos direitos**. 1. ed. São Paulo: RT, 2004. p. 35 e ss.

como o instrumento necessário para garantir a efetividade da tutela de direitos⁹. A vedação da autotutela ensejaria a compreensão do processo como meio apto para que o Estado tornasse os interesses efetivos e os realizasse em conformidade com a lei.

É exatamente nesse sentido a expressão de Eduardo Talamini, abordando especificamente a aproximação do direito processual e do direito societário:

O processo (e todos os seus institutos) é instrumento da realização do direito material. Como tal, ele conforma-se ao objeto a que serve. O direito processual sofre os influxos do direito material. É nesse contexto que se deve compreender a expressão 'direito processual societário'. Se o direito processual tem caráter instrumental, e é permeável ao direito material de que trata, surgem peculiaridades quando os mecanismos jurisdicionais são postos a serviço da solução de conflitos de direito societário.¹⁰

Por outro lado, ao avaliar os limites da atuação jurisdicional nos casos de bloqueio abusivo, é igualmente imperativo analisar as condições materiais de concretização do arcabouço teórico – diante das restrições causadas pela própria estrutura do Poder Judiciário. Incluem-se aqui elementos como a potencial insuficiência técnica do julgador (dada a impossibilidade de se cobrar especialidade rigorosa em todas as mais variadas matérias que são a ele trazidas), a incompletude de seu conhecimento (por falta de provas essenciais) e a necessidade de gestão de seu tempo (cada vez mais escasso). O estudo que se pretende realizar também tem sua importância revelada nesse ponto: ao desvendar alguns dos limites materiais do Judiciário no que toca aos casos de exercício abusivo do direito de voto, estar-se-á, ao mesmo tempo, viabilizando o encontro de possíveis soluções a fim de minimizar os problemas e permitir aprimoramento da adequada tutela contra o abuso. E, em um cenário no qual se reconhece a necessidade empírica de que o direito de prejudicados ou ameaçados por uma conduta abusiva possa ser efetivamente protegido pelo Poder Judiciário¹¹, a análise com esse viés encontra justificativa nas próprias bases do sistema jurídico.

⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. v. 1 a 4. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

¹⁰ TALAMINI, Eduardo. Legitimidade, interesse, possibilidade jurídica e coisa julgada nas ações de impugnação de deliberações societárias. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.) **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

¹¹ TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer e sua extensão aos deveres de entrega de coisa (CPC, arts. 461 e 461-A, CDC, art. 84)**. São Paulo: RT, 2003. p. 26.

Portanto, considerando a importância que o direito de voto tem no Direito Societário como componente da deliberação social (expressão da vontade social) e percebendo os males que o desvirtuamento do seu exercício pode causar à sociedade e aos demais sócios (especialmente nos casos em que a anulação da deliberação não é suficiente para tutelar corretamente os interesses em jogo), torna-se evidente a importância do estudo a respeito das possibilidades e limites da atuação judicial a fim de assegurar que a tutela verdadeiramente adequada seja prestada em situações com esses contornos.

Atento a essa necessidade, o trabalho proposto pretende contribuir, ainda que modestamente, para a análise dos instrumentos processuais aptos a permitir que o direito decorrente dos abusos no exercício do voto seja protegido na ordem jurídica brasileira – evitando que interpretação convencional dos artigos 1.010, §3º, do Código Civil e 115, §3º e 4º, parte final, da Lei das S.A. impeça que seu tratamento alcance a efetividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) O voto no âmbito das sociedades anônimas de capital fechado e das sociedades limitadas é um direito político, inderrogável e irrenunciável. É essencial nas sociedades limitadas e não essencial nas sociedades anônimas, detido por sócio ou por pessoa legalmente legitimada e exteriorizado mediante declaração de vontade – podendo ter como conteúdo declaração de vontade propriamente dita ou declaração de ciência ou verdade. Destina-se a possibilitar a intervenção do votante nos negócios sociais, por meio de participação na deliberação coletiva;
- b) O interesse social é o fio condutor do direito de voto e deve ser compreendido como o interesse comum de todos os sócios em razão do *status socii*, relacionando-se com a constante procura pela maximização dos lucros ou do valor das ações por meio do permanente desenvolvimento da atividade econômica. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o voto é um direito subjetivo não-obrigatório, ele deve ser exercido no interesse social;
- c) Além do interesse social, funcionam como fatores balizadores do direito de voto o princípio da boa-fé e o dever de lealdade. O primeiro atua como núcleo de uma rede normativa de expectativas e orientações, permitindo que o sócio preveja e confie na atuação de seus companheiros. Do segundo, decorrem deveres de colaboração e de proteção, negativos e positivos, perante os demais sócios e a sociedade – dando previsibilidade ao sistema e permitindo que a relação entre todos possa ser pautada pela confiança. Ademais, as ideias de lealdade e de boa-fé, além de imporem deveres aos sócios, podem auxiliar no aspecto hermenêutico, revelando se o interesse social foi devidamente observado;
- d) O abuso de direito de voto deve ser interpretado a partir das novas lentes da categoria de abuso de direito estampada no artigo 187 do Código Civil, das quais decorrem a objetivação do abuso, a percepção de que a indenização quase nunca será a forma de tutela mais adequada para remediar o ilícito e a necessidade de recorrer a valores abertos (como a boa-fé) para enquadrar os casos de ato abusivo mais complexos;

- e) A concepção do dever de lealdade como dever geral societário permite a ampliação das hipóteses de abuso de direito de voto para todas as relações intrassocietárias (e não apenas para as relações entre sócio e sociedade), assim como para outros tipos societários que não o preveem de forma literal (como ocorre com as sociedades limitadas);
- f) A norma prevista no caput do artigo 115 da Lei das Sociedades Anônimas pode ser dividida em três preceitos principais. O primeiro deles, compreendido como regra básica de comportamento dos sócios, dispõe que “*o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia*”. A *contrario sensu*, pode-se extrair que o voto que não observar o interesse da companhia será considerado abusivo. Os demais preceitos são *standards* ou padrões previstos pelo legislador, não podendo ser considerados exaustivos dos casos de abuso de direito de voto. No que toca às sociedades limitadas, os deveres de boa-fé, de lealdade, de proteção e de colaboração submetem seus sócios à mesma regra básica de comportamento;
- g) Existe relação de continência entre as categorias de abuso de direito de voto e de conflito de interesses em sentido estrito, vez que todas as hipóteses de abuso de direito de voto (que pressupõem voto contrário ao interesse social) recairiam necessariamente nos casos de conflito substancial de interesses;
- h) A exigência legal ou estatutária/contratual de quóruns extremamente elevados para a aprovação de propostas apresentadas em assembleia traz diversos inconvenientes, sendo o maior deles a possibilidade de criação das chamadas minorias de bloqueio – que, não raras vezes, utilizam seu poder de veto de forma abusiva. O cerne dessa espécie de abuso é justamente a inviabilização dolosa da aprovação de determinada proposta.
- i) A demonstração da essencialidade da operação bloqueada para a sobrevivência da sociedade não é necessária, nem se relaciona com a configuração das hipóteses de bloqueio abusivo. O que realmente importa é saber se o sócio autor do abuso privilegiou algum interesse particular em detrimento do interesse social – compreendido simplesmente como o interesse comum dos sócios, enquanto tal;

- j) O *voto contrário abusivo* será configurado quando o sócio: (i) manifestar seu voto; (ii) contrariamente à proposta apresentada para deliberação. Além disso, é preciso que o seu voto contrário seja: (iii) necessário à não aprovação da proposta; e (iv) emitido com o objetivo de favorecer seus interesses particulares extra-sociais em detrimento do interesse social;
- k) A *abstenção abusiva* será caracterizada quando o sócio: (i) apesar de comparecer à assembleia; (ii) se abster quanto à proposta apresentada para deliberação. Além disso, é preciso que a sua abstenção seja: (iii) necessária à não aprovação da proposta; e (iv) manifestada com o objetivo de favorecer seus interesses particulares extra-sociais em detrimento do interesse social;
- l) A *ausência abusiva* será configurada quando: (i) o sócio não comparecer à assembleia (ou a deixe em momento anterior à votação da proposta); (ii) sua ausência for necessária à não aprovação da proposta; e (iii) essa ausência se dê exclusivamente com o objetivo de favorecer seus interesses particulares extra-sociais em detrimento do interesse social;
- m) Nos casos de bloqueio abusivo de deliberações sujeitas ao voto verdade, o voto contrário abusivo, a abstenção abusiva e a ausência abusiva somente serão configurados caso o conteúdo da proposta levada à votação (e não aprovada) seja correto;
- n) Nas hipóteses de bloqueios abusivos, comprovando-se que o sócio deixou de votar ou votou contrariamente à aprovação da proposta com o objetivo de obter favorecimento particular em detrimento da sociedade e dos demais acionistas, a indenização será insuficiente para tutelar os interesses envolvidos de forma efetiva;
- o) O direito societário possui particularidades que devem ser observadas na aplicação das regras processuais, tornando-se necessário compatibilizar o procedimento às necessidades do direito material. A principiologia do processo civil e as técnicas

processuais atualmente disponíveis em nossa codificação – se corretamente aplicadas – seriam capazes de tutelar adequadamente os casos de bloqueio abusivo;

- p) Nos casos de bloqueio abusivo, o julgador não proferirá sua decisão com base em critérios negociais, mas sim em critérios de legalidade. Desse modo, não há que se falar em intervenção inadequada na vida societária, não havendo razão para privilegiar a tutela ressarcitória em pecúnia em detrimento da tutela específica;
- q) A limitação técnica do julgador, a limitação estrutural do Poder Judiciário e a possibilidade de prolação de decisões contraditórias representam sérias deficiências que podem acarretar entraves no julgamento de demandas envolvendo bloqueio abusivo. No entanto, a tentativa de superação dessas barreiras é necessária, sempre no intuito de tutelar o direito da forma mais adequada possível;
- r) Nessa esteira, identificamos como mecanismos potencialmente idôneos à atuação jurisdicional: (i) o acerto judicial da deliberação assemblear; (ii) o acerto judicial de deliberação ampliado (aplicável aos casos de abstenção e de ausência abusivas, bem como à hipótese de voto contrário abusivo proferido em deliberação que possua quórum de maioria qualificada fixada com base no capital social); (iii) a substituição da vontade do sócio por meio de sentença substitutiva da vontade (utilizada nas hipóteses de bloqueio abusivo de deliberações sujeitas ao voto verdade); (iv) a substituição do sócio por mandatário judicial *ad hoc*; e (v) a anulação da deliberação e a antecipação dos efeitos da tutela de exclusão do sócio autor do abuso;
- s) O controle do processo de escolha da técnica processual a ser adotada pelo julgador para tutelar os casos de bloqueio abusivo deve estar sujeito às seguintes regras de hermenêutica, cabendo ao juiz sempre justificar a eleição feita: (i) regra da adequação, segundo a qual a técnica escolhida pelo julgador deve ser apta a proporcionar a adequada tutela do direito; (ii) regra da necessidade ou menor onerosidade, pela qual cabe ao magistrado comparar as medidas que gerem uma efetividade máxima e sempre aplicar a menos onerosa para o devedor da obrigação; e (iii) regra da proporcionalidade em sentido estrito, a partir da qual deve ser feito

um balanceamento entre o direito do autor e a restrição causada pela ação necessária para a efetiva prestação da tutela jurisdicional;

- t) A fim de superar parte das limitações técnicas da jurisdição e da necessidade de gestão da atividade judicial, é possível fazer uso do instituto arbitral, ao qual estão disponíveis todos os mecanismos acima previstos. Mostrando-se necessário o uso da força, a estrutura judiciária poderá ser utilizada por meio de carta arbitral;
- u) Finalmente, nos casos em que o quadro societário for demasiadamente amplo, inviabilizando a citação efetiva de todos os legitimados concorrentes, uma solução para evitar que sejam proferidas decisões contraditórias é o tratamento coletivo dos direitos individuais dos sócios – tomando como exemplo a Regra Federal 23(b)(1)(A) estadunidense;
- v) O trabalho apresentado constitui um primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido para encontrar formas mais adequadas de tutela para os casos de abuso de direitos. Nessa jornada, a percepção de que a proteção não deve se limitar ao ressarcimento em pecúnia nos parece decisiva, cabendo ao intérprete adequar a visão instrumental do processo às particularidades do direito societário e remediar os litígios da forma mais específica e efetiva possível. O processo deve ser aplicado a serviço do direito material, não sendo possível limitar seu uso com base em interpretações restritivas de um *processo societário*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Nelson. **Sociedade por quotas de responsabilidade limitada**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de. Abusos de minoria. In: **Problemas do Direito das Sociedades**. Coimbra: Almedina, 2002.

_____. **Curso de direito comercial**: das sociedades. v. 2. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. Os deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social. In: **Reformas do código das sociedades**. n. 3. Coimbra: Almedina, 2007.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Abuso de minoria em direito societário**: abuso das posições subjetivas minoritárias. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. Ação de acerto de deliberação assemblear. In: SILVA, Alexandre Couto e. (Coord.). **Direito societário**: estudo sobre a lei das sociedades por ações. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Anotações sobre a exclusão de sócios por falta grave no regime do Código Civil. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von. (Coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2011.

ADAMS, Renée; FERREIRA, Daniel. One Share - one vote: the empirical evidence. **Review of Finance**. v. 12, p. 51 e ss., 2008. Disponível em: <<http://personal.lse.ac.uk/ferreird/51.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2015.

Advogado deve abandonar processo civil na arbitragem. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-mai-12/entrevista-selma-lemes-advogada-professora-especialista-arbitragem>>. Acesso em: 30 set. 2015.

ALLEN, William T. Our Schizophrenic Conception of the Business Corporation. **Cardozo Law Review**. v. 261, 1992.

ALMEIDA, António Pereira de. **Sociedades comerciais, valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercados**: as sociedades comerciais. v. 1. 7. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil**: introdução. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ARMELIN, Donaldo. A arbitragem como melhor forma de solução de controvérsias entre a *holding* e as empresas subsidiárias. **Revista de Arbitragem e Mediação**. n. 16, jan.-mar. 2008.

ARAGÃO, Egas Dirceu Muniz de. Efetividade do processo de execução. **Revista de Processo**. v. 72. São Paulo: RT, out. 1993.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. **Sentença e coisa julgada**: exegese do Código de Processo Civil (arts. 444 a 475). Rio de Janeiro: Aide, 1992.

ARAGÃO, Paulo Cezar. Apontamentos sobre desvios no exercício do direito de voto. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; WARDE JUNIOR, Walfrido Jorge; GUERREIRO, Carolina Dias Tavares (Coord.) **Direito empresarial e outros estudos de direito em homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

ARENHART, Sérgio Cruz. **A intervenção judicial e o cumprimento da tutela específica**. Disponível em: <http://ufpr.academia.edu/SergioCruzArenhart/Papers/142826/A_INTERVENCAO_JUDICIAL_E_O_CUMPRIMENTO_DA_TUTELA_ESPECIFICA> Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. **A tutela coletiva de interesses individuais**: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos. São Paulo: RT, 2013.

_____. **Breves observações sobre o procedimento arbitral**. Disponível em: <https://www.academia.edu/214088/BREVES_OBSERVAÇÕES SOBRE_O_PROCE DIMENTO_ARBITRAL>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Tutela inibitória da vida privada**. São Paulo: RT, 2000.

ARENHART, Sérgio Cruz. OSNA, Gustavo. Os acordos processuais no novo CPC: aproximações preliminares. In: RIBEIRO, Darci Guimarães. JOBIM, Marco Félix. (Org.). **Desvendando o Novo CPC**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

_____. Complexity, proportionality and the ‘pan-procedural’ approach: some bases of contemporary civil litigation. In: **International Journal of Procedural Law**. n. 4. Cambridge: Intersentia, 2014.

ASCARELLI, Tullio. **Problema das sociedades anônimas e direito comparado**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1999.

ASCARELLI, Tullio. **Problemas das sociedades anônimas e direito comparado**. 1. reimpressão. São Paulo: Quorum, 2008.

ASCENSÃO, Oliveira. Invalidade das deliberações dos sócios. In: **Problemas do Direito das Sociedades**. Coimbra: IDET/Almedina, 2002.

AVILOV, Gainan; BLACK, Bernard; CARREAU, Dominique; KOZYR, Oksana; NESTOR, Stilpon; REYNOLDS, Sarah. **General Principles Of Company Law For Transition Economies**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=126539>. Acesso em: 30 mar. 15.

BALEOTTI, Francisco Emilio. Extensão dos poderes do juiz na execução. **Revista de Processo**. v. 199. São Paulo: RT, set. 2011.

BARBI FILHO, Celso. **Dissolução parcial de sociedades limitadas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

BARROSO, Carlos Henrique. O conflito de interesses nas sociedades anônima e limitada. **Revista de direito privado**. v. 28. São Paulo: RT, 2006.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Comentários à lei das sociedades anônimas**. v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

BATALLER, Carmen Alborch. **El derecho de voto del accionista**. Madrid: Tecnos, 1977.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo. Influência do Direito Material sobre o Processo**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

BERALDO, Leonardo de Faria. Da exclusão de sócio nas sociedades limitadas. In: BERALDO, Leonardo de Faria. (Org.). **Direito societário na atualidade: aspectos polêmicos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BERLE, Adolf A.. Berle. **For whom corporate managers are trustees: a note**. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/357201/mod_resource/content/0/Berle.%20For%20whom%20are%20corporate%20managers%20trustees%20-%20a%20note.%20Harvard%20Law%20Review%2C%20v.%2045%2C%20p.%201365%2C%201932.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and the private property**. 1932. Disponível em: <<https://www.unz.org/Pub/BerleAdolf-1932>> Acesso em: 13 jun. 2015.

BLAIR, Margaret M. **Ownership and control: Rethinking corporate governance for the twenty-first century**. Washington: The Brookings Institution, 1995.

BOLOTTI, Isabela Maria Lopes; FERNEDA, Laísa de Oliveira. O dever de lealdade nas sociedades anônimas de capital fechado. **Revista de Direito Empresarial**. v. 13. 2016. Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Observações sobre o anteprojeto de Lei das Sociedades Anônimas. **Jornal do Brasil**. 21 mar. 1976.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães; PROENÇA, José Marcelo Martins. Proposta de uma Nova Tutela Jurisdicional Diferenciada: O Processo Societário Brasileiro. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

BORBA, Gustavo Tavares. Invalidação da assembleia geral e suas deliberações. In: COELHO, Fábio Ulhoa (Coord.). **Tratado de direito comercial**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. **Direito Societário**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BOYLE, A.J. **Minority shareholders' remedies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BRANCO, Hélder Jorge da Costa. **O abuso do direito da minoria societária**. Coimbra: Almedina, 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 194.331. Brasília, DF, 30 de setembro de 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Medida Cautelar nº 14.561/BA, Brasília, DF, 16 de setembro de 2008.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 917.531/RS, Brasília, DF, 17 de novembro de 2011.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2036606-08.2014.8.26.0000. São Paulo, SP, 22 de setembro de 2014.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n.º 0004941-92.2012.8.26.0318. São Paulo, SP, 03 de fevereiro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível nº 0007654-10.2010.8.26.0286. São Paulo, SP, 07 de fevereiro de 2012.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n.º 0026023-81.2012.8.26.0577. São Paulo, SP, 05 de dezembro de 2013.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n.º 0146473-97.2010.8.16.0100. São Paulo, SP, 01 de março de 2016.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível nº 990103323963. São Paulo, SP, 24 de novembro de 2010.

BRUNETTI, Antonio. **Trattato del diritto della società**. v. 1. 1. ed. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1943.

BULGARELLI, Waldírio. Anulação de assembléia geral de sociedade anônima – assembléias gerais posteriores – abuso de minoria. In: WALD. Arnaldo (Org.). **Doutrinas essenciais: direito empresarial**. v. 3. São Paulo: RT, 2011.

_____. **Manual das sociedades anônimas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Regime jurídico da proteção às minorias nas S/A**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

_____. Sociedade por ações – aumento abusivo de capital – prejuízo dos minoritários e vantagens indevidas dos majoritários – diluição injustificada da posição dos antigos acionistas – abuso do poder e conflito de interesses – anulação da deliberação assemblear que aprovou o aumento e reparação dos danos. In: WALD. Arnaldo (Org.). **Doutrinas essenciais: direito empresarial**. v. 3. São Paulo: RT, 2011.

CAHN, Andreas. DONALD, David C. **Comparative Company Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. **Sociedade limitada no novo código civil**. São Paulo: Atlas, 2003.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito societário à luz do novo código civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CANDIAN, Aurelio. **Nullità e annullabilità di delibere di assemblea delle società per azioni**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1942.

CAPONI, Remo. O princípio da proporcionalidade na justiça civil. **Revista de Processo**. v. 192. Trad. Sérgio Cruz Arenhart. São Paulo: RT, 2011.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo – Um Comentário à Lei no 9.307/96**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2009.

_____. Em torno do árbitro. **Revista de arbitragem e mediação**. v. 8, n. 28. jan./mar. 2011.

CARVALHOSA, Modesto. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. v. 2. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Comentários ao código civil**. v. 13. São Paulo: Saraiva, 2005.

CLARK, Robert Charles. **Corporate law**. Boston: Little, Brown and Company, 1986.

COELHO, Eduardo de Melo Lucas. **A formação das deliberações sociais: assembleia geral das sociedades anônimas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. v. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. A natureza da sociedade anônima e a questão da derogabilidade das regras legais de *quorum* nas assembleias gerais e reunião do conselho de administração. In: **Novos ensaios e pareceres de direito empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. **Direito empresarial: estudos e pareceres**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CORDEIRO, António Menezes. **A lealdade no direito das sociedades**. 2006. Disponível em: <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=54103&ida=54129> Acesso em: 12 jun. 2015.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina, **Sociedade anônima**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COSTA, Nilton César Antunes da. **Poderes do Árbitro**: de acordo com a Lei 9.307/96. São Paulo: RT, 2002.

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro. ZOLO, Danilo (Org.). **O Estado de Direito**: história, teoria e crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fones, 2006.

CUNHA, Amir Achcar Bocayuva; NASCIMENTO, João Pedro Barroso do. Apontamentos sobre as deliberações dos sócios nas sociedades limitadas. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von (Coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2011.

DARI-MATTIACCI, Giuseppe; GELDERBLUM, Oscar; JONKER, Joost; PEROTTI, Enrico. The emergence of the corporate form. **Amsterdam Law School Legal Studies Research Paper**. Amsterdam, n. 2013-11, 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2223905>. Acesso em: 20 abr. 2015.
Debate acerca do código comercial enriquece a seção migalhas de peso. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI153262,51045-Debate+acerca+do+Codigo+Comercial+enriquece+a+secao+Migalhas+de+peso>>. Acesso em 20 nov. 2016.

DERAINS, Yves. A arbitragem internacional: custo e duração. **Revista de arbitragem e mediação**. v. 6. n. 20. São Paulo: RT, jan./mar.2009.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. v. 1. 11. ed. Bahia: Editora Jus Podivm, 2009.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo J. C.; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**: execução. v. 5. 2. ed. Bahia: Editora Jus Podivm, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. v. 1 a 4. 4. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

_____. **Instituições de direito processual civil**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **A instrumentalidade do processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

DOBBS, Dan B. **Law of remedies**: damages, equity, restitution. United States, St. Paul: West Group, 1993.

DODD, Edwin Merrick. For whom are corporate managers trustees? **Harvard Law Review**. n. 45. 1932.

EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

_____. Voting in corporate law. **Journal of Law and Economics**. v. 26, n. 2. jun. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/725110?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 19 jun. 2015.

EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A comentada**. v. 1. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

EIZIRIK; Nelson; BASTOS, Aurélio Wander. **O Poder Judiciário e a jurisprudência sobre sociedades anônimas e instituições financeiras**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1980.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Sociedades limitadas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRARI, Aldo. **L'abuso del Diritto nelle Società**. Padova: CEDAM, 1998.

FERRARINI, Guido A. **One share – one vote**: a European rule? 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=875620> Acesso em 15 jun. 2015.

Financiamento de arbitragem deverá chegar ao Brasil. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-set-23/financiamento-arbitragem-devera-chegar-brasil-breve>>. Acesso em 05 out. 2015.

FONSECA, Priscila Corrêa da. **Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembleias de S.A.**. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. Apontamentos sobre a invalidade das deliberações conexas das companhias. **Revista de Direito Mercantil**. v. 112. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____. Conflito de interesses e benefício particular: uma distinção que se impõe definitivamente dirimir. **Revista de Direito Mercantil**. v. 161/162. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. Conflito de interesses: formal ou substancial: Nova decisão da CVM sobre a questão. **Revista de direito mercantil**. v. 128. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Invalidade das deliberações de Assembleia das S.A.**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira von. A disciplina do conflito de interesses na lei de sociedades comerciais uruguaia e na lei de sociedades por ações brasileira: uma comparação. In: GARCIA, Ricardo Olivera (Org.). **Ley de Sociedades Comerciales** - Estudios a los 25 años de su vigencia. v. 2. Montevideo: La Ley Uruguay, 2015.

_____. Algumas notas sobre o exercício abusivo na ação de invalidação de deliberação assemblear. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.) **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Direito empresarial**. v. 2. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.

FRANZONI, Diego. **Arbitragem societária**. São Paulo: RT, 2015.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. **Deliberações dos sócios**: comentário ao código das sociedades comerciais. Almedina: Coimbra, 1993, p. 384.

GALGANO, Francesco. **La società per azioni**. Padova: CEDAM, 1984.

GALGANO, Francesco; GENGHINI, Riccardo. **Il nuovo diritto societario**: le nuove società di capitale e cooperative. t. 1. 3. ed. Padova: CEDAM, 2006.

GARRIGUES, Joaquín. **Problemas atuais das sociedades anônimas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1982.

GIDI, Antonio. **A Class Action como instrumento de tutela coletiva de direitos**. São Paulo: RT, 2007.

GIERKE, Otto von. **La función social del derecho privado**: la naturaleza de las asociaciones humanas. Trad. José M. Navarra de Palencia. Madrid: Sociedad Editorial Española, 1904. p. 75.

GILSON, Ronald J. **Controlling shareholders and corporate governance**: complicating the comparative taxonomy. *Harvard Law Review*, v. 119, n. 6, abril 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Lições de direito societário**. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

_____. **Manual das companhias ou sociedades anônimas**. 2. ed. São Paulo: RT, 2010.

GORGA, Érica. Arbitragem, governança corporativa e retrocesso no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Direito Empresarial**. v. 2. São Paulo: RT, jan./fev. 2014.

GORGA, Érica; GELMAN, Marina. **O esvaziamento crescente do Conselho de Administração como efeito da vinculação de seu voto a acordos de acionistas no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/1o_Colocado.pdf> Acesso em: 15 mai. 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Coisa julgada erga omnes, secundum eventum litis e secundum probationem. In: **Revista Forense**. v. 380. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

GROSSI, Paolo. **Primeiras Lições sobre o Direito**. Trad. Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GROSSMAN, Sanford J.; HART, Oliver D. **One share – one vote and the market for corporate control**. 1987. Disponível em: <<http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/63929/oneshareonevotem00gros.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 jun. 2015.

GUERRA, Marcelo Lima. **Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil**. São Paulo: RT, 2003.

_____. **Execução indireta**. 2. ed. São Paulo: RT, 1999.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Abstenção de voto e conflito de interesses. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (Coord.). **Temas essenciais de direito empresarial: estudos e homenagem a Modesto Carvalhosa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Direito de retirada: um limite ao princípio majoritário na sociedade anônima. **Revista de Direito Mercantil**. v. 151-152. São Paulo: Melheiros, 2009.

_____. Execução específica do acordo de acionistas. **Doutrinas essenciais: direito empresarial**. v. 3. São Paulo: RT, 2011.

HANSMANN, Henry; KRAAKMAN, Reiner; SQUIRE, Richard. Law and the rise of the firm. **Harvard Law Review**, Cambridge, n. 119, p. 1333-1403, 2006. Disponível em: <http://www.law.yale.edu/documents/pdf/Faculty/Hansmann_Law_and_the_Rise_of_the_Firm.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

HAUPTMANN, Jean-Marc. **Le droit de vote de l'actionnaire en droit français et en droit allemand**. Tese – Nancy II. Nancy, 1986.

ISFER, Edson. **Sociedades unipessoais e empresas individuais – responsabilidade limitada**. Curitiba: Juruá, 1996.

ISFER, Mayara Roth; TONIN, Mayara Gasparoto. Apontamentos sobre a efetividade do sistema de aplicação da lei (enforcement) no mercado de valores mobiliários brasileiro. **Revista de Direito Empresarial**. v. 9. 2015.

ISFER, Mayara Roth; TONUSSI, Érico Lopes; GARCIA JUNIOR, Mário. Breves Apontamentos acerca de benefício particular e suspensão de oferta pública de ações à luz do Caso Oi. **Revista de Direito Empresarial**. v. 3. São Paulo: RT, 2014.

JAEGER, Pier Giusto. **L'interesse sociale**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1972.

JAEGER, Pier Giusto; DENOZZA, Francesco. **Appunti di diritto commerciale: impresa e società**. 2. ed. Milão: Dott. A. Giuffrè Editore, 1992.

JORGE, Társis Nametala Sarlo. **Manual das sociedades limitadas**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007.

KRAAKMAN, Renier; HANSMANN, Henry. The end of history for corporate law. **Georgetown Law Journal**. p. 439-468, 2001. v. 89.

_____. What is corporate law? In: **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. New York: Oxford University Press, 2009.

KUTCHER, Robert A.. Breach of fiduciary duties. In: SOLEY, David A.; GWIN, Robert Y.; GEORGEHEAD, Ann E. (Editors). **Business torts litigation**. Chicago: ABA Publishing, 2005.

KUYVEN, Luiz Fernando Martins. O necessário precedente arbitral. **Revista de arbitragem e mediação** v. 8. n. 29. São Paulo: RT, 2011.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**. v. 54. 1999.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **A Lei das S.A.** v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar: 1992.

_____. **A Lei das S.A.** v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

_____. **A Lei das S.A.** v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. Função empresarial e ações preferenciais. **Jornal do Brasil**. 28 mar. e 3 e 4 abr. 1976.

_____. Estrutura da companhia. In: LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das companhias**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LANDO, Henrik; ROSE, Caspar. **On the enforcement of specific performance in Civil Law countries**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32977-41266-1-PB.pdf>> Acesso em: 07 out. 2013.

LAUTENSCHLEGER JR., Nilson. Relato breve sobre Walter Rathenau e sua obra: “A Teoria da Empresa em Si”. **Revista de direito mercantil**. v. 128. São Paulo: Malheiros, out-dez. 2002.

LEÃS, Luiz Gastão Paes de Barros. **Estudos e pareceres sobre sociedades anônimas**. São Paulo: RT, 1989.

LEITE, Marcelo Lauer. **Interesse direto de sócios nas deliberações negativas e positivas: diálogos e distintos contornos entre a cessão de quotas e o art 1.074, § 2º, do código civil**. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/o9e87870/fUJy50Z7P20qyg22.pdf>>. Acesso em 28 out. 16.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. A prescrição e a decadência no direito societário brasileiro. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (Coord.). **Temas essenciais de direito empresarial: estudos em homenagem a Modesto Carvalhosa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada**. Comentado por Ada Pellegrini Grinover. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. **Processo de execução**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1968.

LOBO, Jorge. **Sociedades limitadas**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Obrigações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES, Ana Frazão de Azevedo Lopes. **Empresa e Propriedade – função social e abuso de poder econômico**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades Limitadas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MAGALHÃES, Barbosa de. Usufruto de acções, de partes e de quotas sociais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, ano XIV, p. 107-159, 1950. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66121/68731>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil: teoria geral do processo**. v. 1. 4. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Técnica processual e tutela dos direitos**. 1. ed. São Paulo: RT, 2004.

_____. **Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito**. Disponível em: <[www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/luiz%20g%20marinoni\(2\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/luiz%20g%20marinoni(2)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em 07 set. 16.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil: processo de execução**. 3. ed. São Paulo: RT, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: teoria do processo civil**. v. 1. 1. ed. São Paulo: RT, 2015.

_____. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. v. 2. 1. ed. São Paulo: RT, 2015.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 3. ed. São Paulo: RT, 1999.

MARQUES, Ricardo Dalmaso. Inexistência de vinculação do árbitro às decisões e súmulas judiciais vinculantes do supremo tribunal federal. **Revista de Brasileira de Arbitragem**. n. 38. abr./jun. 2013.

MARTINS, Fran. **Comentários à lei das sociedades anônimas**. v. 2. t. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

MARTINS, Pedro A. Batista. A arbitrabilidade subjetiva e a imperatividade dos direitos societários como pretenso fato impeditivo para a adoção da arbitragem nas sociedades anônimas. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. **Arbitragem no direito societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARTINS, Pedro Baptista. **O abuso do direito e o ato ilícito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**: sistema e tópica no processo obrigacional. 1. ed. São Paulo: RT, 1999.

_____. Os avatares do abuso do direito e o rumo indicado pela boa-fé. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (Coord.). **Questões controvertidas**: parte geral do Código Civil. v. 6. São Paulo: Método, 2007.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Ações Coletivas no Direito Comparado e Nacional**. São Paulo: RT, 2010.

MENGONI, Luigi. Appunti per una revisione della teoria sul conflitto di interessi nelle deliberazioni di assemblea della società per azioni. **Rivista delle società**. 1956.

MIGNOLI, Ariberto. L'interesse sociale. **Rivista delle Società**, 1958.

MIRAGEM, Bruno. **Abuso do direito**: ilicitude objetiva e limite ao exercício de prerrogativas jurídicas no direito privado. 2. ed. São Paulo: RT, 2013.

MITCHELL, Lawrence E.. Fairness and trust in corporate law. **Duke law journal**. v. 43, 1993. Durham: Duke University School of Law.

MITIDIERO, Daniel; OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Curso de processo civil**. v. 1. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: parte geral. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MONTORO, Marcos André Franco. **Flexibilidade do procedimento arbitral**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MONTORO, Thereza Maria Sarfert Franco. **Direito de voto nas sociedades limitadas**. Dissertação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MOREIRA, Barbosa. **Litisconsórcio unitário**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MÜSSNICH, Francisco Antunes Maciel; TRAVASSOS, Marcela Maffei Quadra. Medidas liminares em arbitragem e sociedades limitadas. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**: Parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson. Arbitragem e direito societário. Contrato de venda e compra de quotas sociais. Extensão da responsabilidade civil. In: NERY JUNIOR, Nelson. **Soluções práticas de direito**. v. 5. São Paulo: RT, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 10. ed. São Paulo: RT, 2013.

_____. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 12. ed. São Paulo: RT, 2012

_____. **Instituições de direito civil: direito das obrigações**. v. 2. São Paulo: RT, 2015.

NUNES, Marcelo Guedes. Intervenção judicial liminar na intervenção de sociedades. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; AZEVEDO, Luís André N. de Moura (Coord.). **Poder de controle e outros temas de direito societário e mercado de capitais**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

OIOLI, Erik Frederico. Tutela e exercício dos direitos individuais e coletivos nas companhias de capital disperso: o direito de voto. In: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo Novaes e. (Coord.). **Direito societário contemporâneo II**. São Paulo: Malheiros, 2015.

OSNA, Gustavo. **Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil**. São Paulo: RT, 2014.

OSNA, Gustavo; ISFER, Mayara Roth. Coletivização de Direitos e Relações Jurídicas Incindíveis: o caso da impugnação de deliberação assemblear. **Revista Semestral de Direito Empresarial**. v. 12, 2015.

PARENTE, Norma Jonssen. O acionista em conflito de interesses. In: PERIN JUNIOR, Ecio; KALANSKY, Daniel; PEYSER, Luis (Coord.). **Direito empresarial: aspectos atuais de direito empresarial brasileiro e comparado**. São Paulo: Editora Método, 2005.

PARGENDLER, Mariana; PRADO, Viviane Muller; BARBOSA JR., Alberto. Cláusulas arbitrais no mercado de capitais brasileiro: alguns dados empíricos. **Revista de Arbitragem e Mediação**. v. 40, jan. 2014.

PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. **A sociedade por cota de responsabilidade limitada**. v. 1. São Paulo: Forense, 1956.

PELA, Juliana Krueger. **As golden shares no direito societário brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

PENTEADO, Mauro Bardawil. **O penhor das ações no direito brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumentos de capital das sociedades anônimas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Aumentos de Capital das Sociedades Anônimas**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. **Dissolução e Liquidação de Sociedades. Dissolução Parcial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

PENTEADO, Mauro Rodrigues; LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. Aprovação das contas pelos próprios administradores-acionistas, ausência de conflito de interesses e abuso de minoria. **Revista de Direito Mercantil**. v. 159/160. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. v. 1. 26. ed. Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Guilherme Setoguti J.. **Impugnação de deliberações de assembleia das S.A.** São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PEREIRA, Luiz Fernando. **Medidas urgentes no direito societário**. 1. ed. São Paulo: RT, 2002.

PIMENTA, Eduardo Goulart. **Exclusão e retirada de sócios**. Belo Horizonte: Decálogo Livraria e Editora, 2004.

PINTO, José Emílio Nunes. Arbitragem e desenvolvimento econômico. **Revista de arbitragem e mediação** v. 6. n. 20. São Paulo: RT, jan./mar. 2009.

PINTO JUNIOR, Mário Engler. Exclusão de acionista. **Revista de direito mercantil**. v. 54. São Paulo: RT, 1983.

PODESTÁ, Fábio Henrique. **O princípio da confiança na teoria contratual**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PROENÇA, José Marcelo Martins. A ação judicial de exclusão de sócio nas sociedades limitadas – legitimidade processual. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. Função social da sociedade: convivência entre interesse público e privado. In: PROENÇA, José Marcelo Martins; FINKELSTEIN, Maria Eugenia Reis (Org.). **Direito Societário: Gestão e Controle**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PROENÇA, José Marcelo Martins; BONICO, Marcelo José Magalhães. Proposta de uma nova tutela jurisdicional diferenciada: o processo societário brasileiro. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

PUOLI, José Carlos Baptista. Os poderes do juiz, a tutela processual específica e o direito societário. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

PRYOR, John H. The Origins of the Commenda Contract. **Speculum**, v. 52, n. 1, p. 5-37, jan. 1977.

RAGAZZI, Ana Paula. Governança flexível. **Valor Econômico**. 17 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4096826/governanca-flexivel>> Acesso em: 17 jun. 2015.

RATHENAU, Walter. Do sistema acionário - uma análise negocial. **Revista de direito mercantil**. v. 128. São Paulo: Malheiros, out-dez. 2002.

REALE, Miguel. A boa-fé no código civil. In: WALD, Arnaldo (Org.). **Doutrinas essenciais: direito empresarial**. v. 4. São Paulo: RT, 2011.

REGO, Marcelo Lamy. Direito dos acionistas. In: LAMY FILHO, Alfredo. PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). **Direito das companhias**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REQUIÃO, Rubens. **Aspectos modernos do direito comercial: estudos e pareceres**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1976-1980.

_____. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Curso de direito comercial**. v. 2. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Renato Ventura. Aspectos da *societas* romana. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 101. São Paulo, jan./dez. 2006.

_____. **Direito de voto nas sociedades anônimas**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

RICCI, Edoardo Flavio. **Lei de arbitragem brasileira: oito anos de reflexão: questões polêmicas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

RICHARD, Efraín Hugo; MUIÑO, Orlando Manuel. **Derecho societário**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1998.

RIPERT, Georges; ROBLOT, René. **Traité de droit commercial**. 13. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1989.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de empresa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ROBERT, Bruno. Direito de voto do acionista. In: COELHO, Fábio Ulhoa (Coord.). **Tratado de direito comercial**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2015.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROMANO-PAVONI, Giuseppe. **Le deliberazioni delle assemblee delle società**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1951.

ROQUE, André Vasconcelos. **Class Action – Ações Coletivas nos Estados Unidos: o que podemos aprender com eles?** Salvador: JusPodivm, 2013.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo direito societário**. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____. **O novo direito societário**. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **O novo direito societário**. São Paulo: Malheiros, 2011.

SANTANA, Maria Helena. O novo mercado. In: SANTANA, Maria Helena et. al. (coord.). **Novo mercado and its followers: case studies in corporate governance reform**. 2008. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pdf/Focus5.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTIAGO, Pedro Simão da Silva. **O Abuso de Minoria em Sociedades Comerciais**. Dissertação – Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2013.

SCHMIDT, Dominique. **Les conflits d'intérêts dans la société anonyme**. 1. ed. Paris: Joly éditions, 1999.

_____. **Les conflits d'intérêts dans la société anonyme**. 2. ed. Paris: Joly éditions, 2005.

_____. **Les droits de la Minorité dans la Société Anonyme**. Sirey, 1970.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição do comportamento contraditório: tutela da confiança e *venire contra factum proprium***. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SILVA, João Calvão da. **Cumprimento e sanção pecuniária**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997.

SILVA, Ovídio Baptista da. **Curso de Processo Civil**. v. 1. 1. ed. Porto Alegre: Editor Sergio Antonio Fabris, 1987.

_____. **Curso de Processo Civil**. v.1. 5. ed. São Paulo: RT, 2000.

_____. **Curso de processo civil**. v. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Curso de processo civil**. v. 2. 3. ed. São Paulo: RT, 1998.

SILVA, Ovídio A. Baptista da; GOMES, Fábio Luiz. **Teoria Geral do Processo Civil**. 5. ed. São Paulo: RT, 2009.

SIMIONATO, Frederico A. Monte. **Tratado de direito societário**. v. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SONDRÉ, Antônio. **Curso de direito arbitral**. 1. ed. Leme: JH Mizuno, 2008.

SOPRANO, Enrico. **L'assemblea generale degli azionisti**. Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, 1914.

SOUZA, Artur César. A administração da justiça e a formação e capacitação dos juízes no século XXI. **Revista de Direito Privado**. v. 29, p. 9, jan. 2007.

STOUT, Lynn A. **Why We Should Stop Teaching Dodge v. Ford**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1013744> Acesso em: 20 mai. 2015.

SZTAJN, Rachel. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica. In: **Doutrinas essenciais de direito civil**. v. 3. São Paulo: RT, out. 2010.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer (CPC, art. 461; CDC, art. 84)**. São Paulo: Ed. RT, 2001.

_____. Legitimidade, interesse, possibilidade jurídica e coisa julgada nas ações de impugnação de deliberações societárias. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

TELLES, José Araldo da Costa. Alternativas processuais para os conflitos de interesses em sociedades limitadas familiares. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

TEPEDINO, Ricardo. Assembléia geral. In: LAMY FILHO, Alfredo. PEDREIRA, José Luiz Bulhões (coord.). **Direito das companhias**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. Impugnação judicial da deliberação de assembleia societária e projeções da coisa julgada. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

THOPSON, Robert B.; EDELMAN, Paul H. **Corporate voting**. Disponível em: <https://www.law.illinois.edu/_shared/pdfs/CorporateVoting61908.pdf> Acesso em: 15 jun. 2015.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. v. 1. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIUNFANTE, Armando Manuel. **A tutela das minorias nas sociedades anônimas: direitos de minoria qualificada – abuso de direito**. Coimbra: Coimbra editores, 2004.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **A liberdade das partes na escolha dos árbitros**. Disponível em: <megalhas.com.br> Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Impugnação judicial da deliberação de assembleia societária e projeções da coisa julgada. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Sociedade por ações**. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial – teoria geral das sociedades**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Direito comercial**. v. 2. 3. ed. São Paulo: RT, 2014.

_____. **Direito comercial**. v. 3. 3. ed. São Paulo: RT, 2014.

VIDIGAL, Luis Eulálio de Bueno. **Da execução direta das obrigações de prestar declaração de vontade**. São Paulo: RT, 1940.

VIEIRA, Antonio Paulo Kubli. **A autotutela nos acordos de acionistas**. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

WALD, Arnaldo. A arbitragem e o mercado de trabalho dos advogados. **Revista de Arbitragem e Mediação**. v. 32. jan. 2012.

_____. O acordo de acionistas e o poder de controle do acionista majoritário. **Revista de Direito Mercantil**. v. 110. São Paulo: Malheiros, abr./jun. 1998.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: execução**. v. 2. 14. ed. São Paulo: RT, 2014.

WARDE JR., Walfrido Jorge; CUNHA, Fernando Antonio Maia da. A arbitragem e os limites à atuação do judiciário nos litígios societários. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. O Contempt of Court na recente experiência brasileira - Anotações a respeito da necessidade premente de se garantir efetividade às decisões judiciais. **Revista de Processo**. v. 119. São Paulo: RT, jan. 2005.

WATANABE, Kazuo. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. In.: **Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos**. (Coord.: Ada Pellegrini Grinover, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Kazuo Watanabe). São Paulo: RT, 2007.

WIEDEMANN, Herbert. Vínculos de lealdade e regra de substancialidade: uma comparação de sistemas. Trad. Otto Carlos Vieira Ritter von Adamek. In: ADAMEK, Marcelo Vieira von. (Coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2011.

WLADECK, Felipe Sripes. **Impugnação da sentença arbitral**. Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

XAVIER, Vasco da Gama Lobo. **Anulação de deliberação social e deliberações conexas**. Coimbra: Atlantida, 1976.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Tutela Jurisdicional**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Introdução à obra coletiva Processo Societário. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coord.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.